

PESQUISA



# FALTA DE DINHEIRO É A MAIOR DOR DE CABEÇA DE PREFEITOS

Levantamento feito pelo Instituto Opus com 88 chefes de Executivo mostra que 63% apontam a escassez de recursos como principal entrave da gestão

IGOR PASSARINI

A um ano das eleições, uma pesquisa inédita, realizada pelo Instituto Opus e publicada com exclusividade pelo Estado de Minas, ouviu 88 prefeitos de Minas Gerais – que representam cerca de 10% dos municípios do estado – para saber deles quais as prioridades e demandas em nível municipal, estadual e federal. O levantamento, feito entre os dias 10 e 18 de setembro, mostrou que para 63,6% dos prefeitos a maior dificuldade é a falta de

recursos, agravada pela queda na arrecadação. A pergunta foi feita no cenário espontâneo, quando não são apresentadas opções.

Na sequência, aparecem problemas com gestão pessoal (9,1%), burocracia (6,8%), a dificuldade em promover crescimento econômico e geração de empregos (5,7%), de melhorar assistência na saúde (3,4%), a relação com a Câmara de Vereadores/Oposição (3,4%), a falta de recursos para realizar investimentos (3,4%) e os reflexos da pandemia (1,1%). Outros 3,4% não responderam ou não souberam opinar.

“Dos três entes da federação, o município é o que está mais próximo da população. E através dele que as principais políticas públicas são executadas, principalmente atenção básica à saúde e à educação. Ao mesmo tempo, o município é o que tem a menor autonomia, principalmente em termos de arrecadação porque ele tem pouco controle sobre o que entra no caixa. Então, entender dos

**ESTE ANO, COM A DIVULGAÇÃO DO CENSO 2022, MUITOS PREFEITOS FORAM SURPREENDIDOS COM A REDUÇÃO NO NÚMERO DE HABITANTES EM SEUS MUNICÍPIOS, O QUE, EM TESE, SIGNIFICA MENOS DINHEIRO EM CAIXA**

prefeitos quais são os gargalos nos permite planejar melhor e procurar soluções para um melhor serviço público prestado para os municípios e para a população de maneira geral”, explica Mathheus Dias, diretor da Opus.

O pesquisador destaca que grande parte dos municípios depende do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassado pela União. O fundo é calculado com base na população do município: quanto maior o número de habitantes maior o repasse de recursos. Este ano, com a divulgação do Censo 2022, muitos prefeitos foram surpreendidos com a redução no número de habitantes em seus municípios, o que, em tese, significa menos dinheiro em caixa do FPM. Para tentar amenizar o problema, uma lei publicada em junho vai permitir que essa perda seja diluída ao longo dos anos.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

**Seção:** Política **Página:** 4